

Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988

Maria Helena Versiani

Pesquisadora do Museu da República/RJ

Doutora em História, política e bens culturais, pelo CPDOC/FGV

A construção de uma memória da Constituinte de 1987/1988

Há um fundo documental preservado no Museu da República, no Rio de Janeiro, denominado Coleção Memória da Constituinte, que reúne documentos produzidos durante o processo político que teve início com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no Brasil, em 1985, e que findou com a promulgação da atual Constituição Federal de 1988 – que substituiu a anterior, Constituição de 1967, representativa do regime autoritário que se havia instalado no país a partir do golpe civil-militar de 1964.

Esse acervo possui mais de vinte mil itens documentais, incluindo registros textuais, fotográficos e audiovisuais dos trabalhos parlamentares realizados no correr daquele processo constituinte e também registros da ampla mobilização e participação política da sociedade brasileira – participação inédita em um processo constituinte do Brasil, pela abrangência dos atores sociais envolvidos e por sua capacidade de organização.

A reunião desse acervo foi levada a termo por uma instância da administração pública chamada Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), que, entre 1985 e 1988, integrou a estrutura organizacional da Fundação Nacional Pró-Memória. Esta funcionou entre 1979 e 1990 como órgão executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura e responsável, desde 1937, pela proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

O CPMC foi criado, em 1985, para atuar especificamente durante aquele processo constituinte, entre outras frentes reunindo e produzindo documentos representativos do então momento de reconstitucionalização democrática do país. Desde o início, registrou-se a intenção de, em seguida à promulgação da nova Carta Magna, o CPMC transferir todo o material acumulado para o Museu da República, como um fundo documental fechado. Ou seja, por trás da formação da Coleção Memória da Constituinte havia, originariamente, a ideia de construção de uma

memória daquele processo constituinte e, pode-se aferir, a ideia de eternizar/monumentalizar uma determinada identidade para o Brasil, valorizando o projeto de um Brasil democrático.

Na Coleção Memória da Constituinte, selecionamos uma amostra de 424 cartas, que são o objeto privilegiado da análise aqui apresentada. Essas cartas foram selecionadas por terem sido escritas por brasileiros (as) de diferentes localidades do país e enviadas a autoridades políticas, no período entre 1985 e 1988. Logo, trabalhamos com cartas escritas por indivíduos (cartas pessoais), produzidas durante e em razão do processo constituinte então vivenciado. Naquele momento, estava em pauta o projeto de uma nova República, que desse fim à ditadura pós-golpe de 1964. Portanto, um momento de renovação política, que podia garantir, para todos os cidadãos do país, uma nova agenda de direitos. Por meio de suas cartas, os missivistas enviam sugestões para a Constituinte e fazem pedidos às autoridades, além de críticas, denúncias e comentários.

Constituinte: um ponto de vista popular

Todas as cartas aqui selecionadas foram escritas por pessoas comuns, que, nos textos, não se apresentam como militantes de algum movimento social organizado ou como porta-vozes de alguma instituição, associação profissional ou partido político. Esses missivistas escreveram suas cartas pessoalmente, por iniciativa própria.

Ademais, foram selecionadas exclusivamente as cartas manuscritas do acervo, sendo possível verificar que uma boa parte delas foi escrita por pessoas que não dominavam a linguagem culta. Em muitas cartas, vê-se erros grosseiros de português e também tipos de caligrafia que sinalizam o pouco treino de alguns missivistas na prática da escrita.

Decerto, não é trivial a formação de um acervo de cartas escritas por quem não domina o fazer escriturário. Com maior frequência, os registros escritos, publicados ou guardados em arquivos históricos, são de autoria de pessoas que possuem uma boa instrução formal, socializadas em círculos intelectuais ou políticos. É muito mais fácil encontrar fontes escritas em que as visões de mundo

dos indivíduos e grupos sociais menos privilegiados são produzidas pela “voz dos outros”, e não diretamente pelos próprios indivíduos e grupos em questão. Obviamente, isso acaba influenciando o estabelecimento de um determinado *status quo* na produção das fontes de pesquisa e também a supremacia de um determinado padrão de pesquisa que privilegia certos temas e sujeitos históricos.

Nesse sentido, o interesse pelas cartas aqui selecionadas é também animado pela possibilidade de ampliar a análise histórica, incorporando opiniões e versões sobre a sociedade que representam também pontos de vista de setores populares. Esse acervo abre a oportunidade de acesso a registros produzidos pelo chamado cidadão comum, pouco ou não socializado nos círculos letrados.

Acreditamos que as contradições do processo de redemocratização do Brasil podem ser melhor apreendidas se levarmos em conta não somente as ações das elites políticas e instituições brasileiras, mas também toda uma sociabilidade política que se fez presente no país, inscrita no cotidiano de sua população e expressa nessas cartas. Assim, a opção de resgatar vozes e olhares de brasileiros menos favorecidos socialmente, que tomaram parte no processo constituinte e deixaram registros de como se comportavam e do que pensavam a respeito é também aconselhada pelo entendimento de que, no exercício da análise histórica, o domínio de viés monolítico da suposta autoridade de um “saber culto” serve menos ao conhecimento científico do que para reforçar valores sociais dominantes.

Outro ponto a ressaltar é que o fraco conhecimento da linguagem culta e do saber escriturário por parte de alguns missivistas não impediu esses missivistas de escrever às autoridades políticas para expor suas vivências e reclamar seus direitos. Conscientes de suas limitações na escrita, eles por vezes se desculparam pelas “mal traçadas linhas”, mas, efetivamente, usam tais limitações para sensibilizar as autoridades e buscar influir nos debates políticos. Nesse sentido, essas cartas confirmam a premissa de Michel de Certeau (2008) sobre as “artes de fazer” tão próprias ao viver cotidiano dos indivíduos, que agem dentro das regras dominantes instituídas, mas nem sempre para reforçá-las e sim visando superá-las, adaptando-as aos seus próprios objetivos e experiências.

“O povo deve participar da Constituinte” (José Garcia de Oliveira, 1985)

As cartas aqui selecionadas foram escritas na década de 1980, em um momento que, no Brasil, convencionou-se chamar de transição democrática. A construção de uma Nova República, pela via da reconstitucionalização do país, era defendida cada vez por mais setores da sociedade brasileira, como uma estratégia democrática de superação da ditadura imposta ao país com o golpe de 1964. Principalmente após a derrota da emenda das Diretas Já!, em 1984, a demanda pela Constituinte Já! ganhou muita força social, sendo “abraçada” por muitos entre os movimentos sociais que já vinham se organizando no país desde a década de 1970, em torno da reivindicação de direitos.

Na sequência dos desdobramentos políticos, a proposta da Constituinte Já! foi assumida como um compromisso pela Aliança Democrática, que lançou as candidaturas de Tancredo Neves e de José Sarney, respectivamente, à Presidência e Vice-Presidência da República, nas eleições indiretas de janeiro de 1985. Como sabemos, a súbita doença e morte de Tancredo Neves o impediu de assumir o cargo de presidente, então ocupado por seu vice, José Sarney, em um ambiente de profunda consternação social.

A posse de José Sarney – ex-liderança da ARENA e ex-presidente do PDS – gerou muitos receios e desconfianças na sociedade, por ele ser um político de longa história de apoio ao regime autoritário que se desejava superar. Nesse cenário de incertezas, uma série de novos movimentos sociais começa a se organizar no país, agora com o objetivo específico de incentivar a participação de todos os cidadãos no processo constituinte, como uma condição para que se pudesse realmente elaborar uma Constituição verdadeiramente democrática e representativa dos interesses populares. Assim, várias campanhas pró-participação ganharam as ruas, organizadas por movimentos sociais, com o envolvimento de muitos artistas, que “desenhavam” a democracia em uma farta produção de imagens, charges, cartazes, símbolos e outros materiais que passaram a circular abundantemente nos espaços públicos e em diferentes veículos da mídia. Por outro lado, alguns setores do Estado também promoviam campanhas pró-participação na Constituinte, desse modo atestando uma articulação entre iniciativas do Estado e proposições dos movimentos

sociais. Também por essa articulação, os movimentos sociais se legitimavam e fortaleciam, conectando-se, em mais uma frente, Estado e sociedade civil.

As cartas aqui analisadas inserem-se no quadro das ações de participação política que tiveram lugar no Brasil naquele período. Os seus textos, via de regra, expressam o entusiasmo participativo que mobilizou brasileiros e brasileiras “comuns”, combinando vontade política e o sentimento de dever participar na Constituinte. Em boa medida, os missivistas afirmam sentir-se encorajados pelas campanhas pró-participação a enviar sugestões para a Constituinte, mas também afirmam que têm mesmo o que dizer e o que escrever. E escrevem.

À medida que escrevem suas cartas, os missivistas reelaboram sua própria experiência de vida e demonstram reconhecer seu papel como atores políticos. Eles constroem os seus discursos, na perspectiva de Eric Landowski (1982 apud REIS, 1990, p. 2), de que “o que define o caráter político de um discurso não é o fato de ‘falar sobre política’”, mas o fato de que o discurso coloca “em ação atores ‘autorizados’ (aqueles que têm o direito a falar), estabelece obrigações, cria ‘expectativas’, reforça a confiança etc.”. Os missivistas fazem de suas cartas um canal para expressar opiniões políticas e, em diversas passagens, afirmam ter consciência da importância da participação de todos na Constituinte, dizendo-se mobilizados e pedindo, de diferentes maneiras, que a “constituinte vigente estude com bons ares as [suas] solicitações e ideias” (José João Batista. Sem destinatário, local e data). Dessa forma, decidido a colaborar, Antônio F. Reis Neto, de Barra de São João/RJ, em 22/6/1987 apresenta-se ao CPMC: “Envio algumas sugestões no sentido de participar da nova carta magna da nação, procurando dar minha contribuição, como brasileiro e em pleno gozo de meus direitos políticos, como cidadão e eleitor”.

A ação de escrever é percebida pelos missivistas como algo que pode influenciar, de fato, mudanças nas regras da vida coletiva. É nesse sentido que Ocimar José Garcia de Oliveira, de Ribeirão Preto, SP, em 26/6/1985 expressa a Fernando Lyra suas esperanças de que, dessa vez, o “povo” participe das decisões constituintes, no país, ao mesmo tempo em que nutre desconfianças em relação ao processo legislativo:

Apoio a política do governo em fazer na Nova República, a Constituinte Nacional. Mas o que me leva a lhe perguntar, é que se o povo terá livre direito para sugerir o necessário para a Constituinte, ou será sugestões discutidas somente entre os políticos? Gostaria de saber isto, pois o povo deve participar, na minha opinião, da Constituinte, coisa tão sonhada por todos os brasileiros.

O mesmo sentimento é reforçado na carta conjunta de Hamilton Costa e João Belmonte, de Santa Catarina escrita em 6/6/1986, a destinatário não identificado:

Já tivemos várias constituições que foram feitas aos atropelos, para defender interesses alienígenas. [...] É preciso acima de tudo a participação de todo o povo, inclusive nós reeducandos. Pois somos brasileiros e devemos também participar.

Como se vê, temendo políticos, chamados de alienígenas, as cartas expressam o desejo de que o povo, até então ignorado, ocupe finalmente o lugar de importância que lhe cabe na sociedade brasileira. E expressam o reconhecimento dos missivistas de si próprios como atores políticos participantes.

A Constituição do cotidiano”

É interessante observar que as cartas aqui analisadas, por um lado, traduzem atos de participação política, mas, por outro, não se circunscrevem ao espaço do sistema político-partidário formal, controlado pelo poder público. São atos de participação política, porém construídos com base no vivido cotidiano dos missivistas. Desse modo, essas cartas conformam um novo espaço de expressão, de reivindicação e de negociação de demandas, para além do sistema de representação formal. É a experiência vivida que fundamenta os argumentos, queixas, indagações, propostas e pedidos encaminhados nas cartas. Seus textos estão repletos de alusões aos problemas do mundo cotidiano, aos sentimentos, à família, às condições de saúde, educação, entre outros tantos temas que integram a vivência dos indivíduos. Exemplar da operação discursiva apontada, reproduzimos abaixo, um longo trecho da carta de Maria Júlia de Jesus, enviada, de São Paulo, à Assembleia Nacional Constituinte, em 2/6/1987. Longo, mas também minucioso do testemunho que a missivista desejava dar sobre o seu duro cotidiano de vida.

São Paulo, 02/06/87.
Prezados constituintes.

10.4025/6cih.pphuem.108

Por acaso peguei um volante da esportiva onde diz para a gente mandar nossas ideias e reivindicação. O que eu tenho para lhes dizer é muito triste e doloroso. Bom vocês já sabem que não só eu como milhares de pessoas boas estão ao relento, sem casa. Eu sou solteira c/ 37 anos, (2) filhos. Ganho o salário mínimo para fazer tudo, pagar aluguel, comida, roupas e remédios p/ crianças. No ano em que se deu o cruzado e o congelamento, eu fui a pessoa mais feliz pois podia alimentar melhor meus filhos e pelo menos morar um pouco decente. Eu ganhava 800,00 cruzados e pagava 600,00 cruzados de casa (3) cômodos. Isso durou até setembro de 86, pois logo fui informada que meu aluguel a partir de fevereiro subiria para 1.900,00 cruzados. Daí já comecei a não dormir, e como já é de rotina não me alimentava mais, um nó na garganta que nem água passava, pra eu poder dar de comer p/ crianças eu saía do hospital que eu trabalhava 12 hs, das 18hs as 6 da manhã e ia fazer faxina p/ poder pelo menos dar comida p/ crianças e com isso fui me enfraquecendo até que não consegui arranjar outra casa ou mesmo 1 comodo. Fui obrigada a deixar o pouco que tenho guardado em uma casa pagando 1 comodo p/ guardar minhas coisas e vindo pra São Paulo vê se pelo menos ganhar um pouco mais, pois meus filhos necessitam comer. P/ mim foi uma tragédia, ter que deixar as crianças c/ minha irmã e vir para cá. De cada 15 dias vou a Taubaté ver as crianças. Minha filha que tem 5 anos, me implora pra eu voltar, como não posso morar c/ minha irmã, não posso pagar aluguel, e como posso eu voltar, se 1 comodo estão pedindo 2.000,00 mil cruzados e o salário 1.600,00, agora vai p/ 1.900,00 cruzados, que nem dar p/ comer que dirá pagar 1 comodo. Esses projetos de casas populares não são p/ quem ganha 1 salário mínimo não, é p/ quem ganha 4, 6, 8 salários. Nós que ganhamos mínimo ninguém dá a mínima, não existimos, vejetamos. [...]

Por isso eu lhes mando 1 lista de compra p/ 3 pessoas, o que eu gasto por mês c/ 2) crianças e veja não se come carne todo dia, nem pode frango, nada disso, só no pagamento, e, o gás-água-luz, o salário mínimo, para [não] continuar passando fome teria que ser nada mais que 8.000,00 mil cruzados. Isso p/ 3 pessoas que pelo menos daria p/ pagar um aluguel de uns 3.000,00 cruzados e fazer uma pequena compra, pagar água-luz-gas, sem contar c/ condução e roupas, que por mais que não queira nós salarizados viramos mendigos, porque roupas e sapatos só quando ganhamos. [...] desculpem, mais eu precisava desse desabafo. E espero uma palavra amiga de vocês pois meu desespero já ultrapassa minha razão e sem direção eu não sei que rumo tomar. Por favor espero respostas de vocês e peço que mandem p/ Taubaté

Rua Almirante Barroso nº 150. Cep 12.100

Cidade de Deus

Taubaté.

Maria Júlia de Jesus.

Ao registrar o valor de aluguéis, criticar medidas da política habitacional e reclamar do custo de vida, expondo o seu esforço como trabalhadora e o seu sofrimento como mãe, Maria Julia cuidadosamente demonstra a possibilidade e força da experiência de politização do cotidiano. Observe-se que ela não pede diretamente nada; tampouco faz uma “sugestão de lei”. Mas acusa a violência da política salarial e habitacional, evidenciando seus efeitos diretos na desagregação

de famílias brasileiras. Quer fazer um desabafo e espera/exige resposta, e para tal envia o seu endereço.

Nesta e também em muitas outras cartas do conjunto aqui analisado, o cotidiano desponta como o lócus de onde nascem inspiração, orientação, crítica e sugestão para projetos políticos. As práticas sociais cotidianas são politizadas, ou seja, são reconhecidas como uma variável do fazer político. Um canal de participação que tem a sua dinâmica ditada pelo vivido e que ocupa um espaço social que não é nem instituído nem controlado pelo poder político formal, mas que é percebido pelos indivíduos como um espaço de luta, portanto, que se torna também um espaço de poder.

Nesse sentido, as cartas aqui analisadas são contundentes em desmistificar a ideia, de longa tradição no pensamento político brasileiro, de que o povo é politicamente desinteressado, passivo (Gomes, 1998). Uma gente que não tem vontade nem condições para se ocupar de assuntos relacionados com a organização da vida em sociedade, estando mais propensa a estabelecer relações de patronagem com os governantes do que a assumir um papel político ativo e participativo.

Tal entendimento sugere que o “povão”, via de regra, desenvolve um tipo de apatia política, deixando para as autoridades toda a responsabilidade e o poder de decisão tocantes à organização da vida coletiva. Ou seja, ao “povão” estaria reservado o estatuto do conformismo político. No limite, ele é excluído da política, como se esta estivesse fadada a ser o privilégio de uma elite. As pessoas comuns, supostamente, não teriam o preparo necessário para cumprir o papel de atores políticos conscientes. Tornar-se-iam “marionetes” de um jogo controlado por uma minoria educada para realizar as complexas formulações de políticas públicas, exigidas para o exercício dos governos. A proposição, portanto, é que, para o próprio bem público, a política deveria ser um âmbito de decisão reservado aos mais conscientes de suas responsabilidades e mais preparados politicamente, que seriam os próprios defensores dessa ideia, claro!

Contra tal suposto, as cartas aqui analisadas reivindicam para o povo brasileiro a identidade de pessoas que conhecem profundamente os problemas

sociais e que estão decididas a participar da reorganização política do país com ideias e sugestões. Mostram a incontestável determinação de centenas de populares que buscam influenciar os diálogos políticos de seu tempo e encontram, no envio de cartas às autoridades, uma alternativa de participação política. O fato de não ocuparem posições sociais de prestígio político e intelectual, e de não haverem necessariamente desfrutado de boa formação educacional, não elimina a importância de suas experiências e de suas percepções para a conformação da sociedade brasileira.

Direitos do cidadão, deveres do representante político

Uma questão recorrentemente referida e enfatizada nas cartas aqui analisadas é a ideia de ser necessária e urgente a incorporação do povo brasileiro a uma nova agenda de direitos, assegurando-lhe a devida e merecida “dignidade”. Os missivistas reconhecem as pessoas do povo como vítimas de uma sociedade injusta. O cotidiano popular é descrito como uma experiência de muita dificuldade material e até humilhação moral, fruto da desigualdade social do país e da negligência dos representantes políticos. A reivindicação comum é a de que as autoridades atuem para libertar o povo do seu cotidiano de sofrimento, combatendo as desigualdades de direitos e a sua contraface: a prevalência dos privilégios de uma elite social.

Assim, o respeito aos direitos do povo é tomado como uma prerrogativa da boa condução política do país, de modo que o papel do poder público é associado ao esforço de dotar os setores socialmente desfavorecidos dos recursos (políticos, sociais e econômicos) necessários à plena apropriação dos seus direitos de cidadania.

Note-se ainda que o significado profundo da universalização de direitos demandada pelos missivistas não remete apenas a questões de ordem material, mas também à ideia de que se deve viver de forma digna e honrada. O direito do cidadão não seria apenas o necessário para que ele sobrevivesse, mas sim o necessário para que vivesse com dignidade. Se, por um lado, as cartas descrevem o povo como “povo sofredor”, que carece de bens materiais essenciais à

sobrevivência, vivendo em condições de vulnerabilidade e desamparo, elas também denunciam que o povo é marginalizado, desrespeitado e esquecido pelas autoridades – injustiça que concorre para a sua carência material, mas que não se restringe a ela. Fundamentalmente, a dor (moral e material) do povo é descrita como a face mais triste de uma sociedade na qual predomina a desigualdade de direitos e a negligência dos governantes.

“Artes de fazer” política

Dizer que as experiências do dia a dia fornecem aos missivistas as prerrogativas da sua participação política significa admitir que processos de aprendizado político ocorrem diária e sistematicamente, não podendo ter seus sentidos controlados. Essas cartas, nesse sentido, são emblemáticas em mostrar a dimensão autônoma da vontade política dos missivistas (indivíduos). Seus textos expressam estratégias políticas de resistência e de luta por direitos, que nem de longe reiteram a ideia de impotência e passividade frente à ordem estabelecida.

De fato, o aprendizado que se obtém com a experiência cotidiana pode oferecer contrapontos poderosos à enunciação dos discursos da elite (política, econômica, cultural) que, via de regra, tendem a reproduzir a lógica de seus valores. Essas cartas, assim, são documentos que “certificam” que a politização do cotidiano constitui um espaço de resistência e atuação fundamental para as camadas populares. No dia a dia, as pessoas reinventam caminhos de ação, tendo em vista transformar e melhorar suas condições de vida, não raro tirando partido de dispositivos e regras da própria ordem política (o que Certeau também destaca por meio da noção de “brecha”). Estratégias de ação política são definidas a partir de problemas vivenciados no dia a dia e sua lógica, muitas vezes é “abrir brechas” no sistema, visando influenciá-lo a favor de seus próprios interesses.

Deve-se observar, contudo, que o envio de cartas populares aos governantes não se colocou como uma “substituição” da participação política por meio do sistema de representação pelo voto. Mas as cartas ressignificaram sim o exercício da participação política, com base nos fundamentos do vivido.

Essas cartas são “artes de fazer” política, vale dizer, estratégias pessoais de participação no campo da política formal. Decerto, a sua elaboração e o envio às autoridades públicas foram encorajados pelas campanhas pró-participação na Constituinte que então atravessavam e movimentavam todo o país. Mas certamente também foram encorajados pelas próprias expectativas individuais dos que escreveram e enviaram as cartas. Nos textos, os missivistas demonstram interesse em participar como atores políticos nos debates da nova Constituinte e também a expectativa de influenciar as autoridades públicas. Eles assumem o envio de suas cartas como um ato de participação e de pressão política direta; de comunicação entre governantes e governados, sem intermediários.

Tais cartas são expressões do cotidiano como força transformadora e revelam que as práticas sociais do dia a dia constituíram um efetivo vetor da luta política popular, naquele momento de reconstitucionalização democrática do país.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio et al. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *O lugar do sentimento na história oral*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E INDIVÍDUO, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2009. [mimeo.]
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. [1. ed. 1990]
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 1-9, jan./abr. 1991.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. [1. ed. 1996]

- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battela (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora* – estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 489-558.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]
- MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- REIS, Elisa Pereira. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 161-179, 1990.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. [1. ed. 1996]
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. [1. ed. 1963]
- VERSIANI, Maria Helena; SANTOS, Nubia Melhem (Org.). *A voz e a letra do cidadão*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/Museu da República, 2009.



10.4025/6cih.pphuem.108

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.